

**C-AEMSO
PROJETO DE PESQUISA
METODOLOGIA CIENTÍFICA**

Orientador: CC (IM) Jorge Luiz Tesch Santos

Coorientador: 1TEN (RM2-T) Michele Aparecida Ferreira Moreira de Oliveira

Nome: SO-CL Alexandra Magalhães Alves

Número de Matrícula: 1221685

NIP: 87.3585.06

Área escolhida: DIREITO

Tema: A proteção e utilização pacífica do Meio Ambiente entre as Nações

Título: O Brasil na proteção e utilização pacífica da Antártica

Problema Como as Nações podem cooperar, evitando o conflito armado entre elas, na proteção e utilização do Meio Ambiente Antártico?

Justificativa

O mundo atual vive fases turbulentas nos cinco continentes, ocasionando por vezes, em conflitos armados.

De forma a contribuir na prevenção de possíveis confrontos e a fim de conter reivindicações territoriais e promover a cooperação internacional na pesquisa científica, foram incluídos Tratados Internacionais, regulamentando o dever de prevalecer o respeito e a consciência na utilização do meio ambiente para fins pacíficos, visando facilitar o mais amplo intercâmbio de informações entre as Nações nas pesquisas científicas e tecnológicas realizadas, na obtenção de conhecimento para o avanço da humanidade.

Objetivos

Objetivo Geral:

Promover a cooperação internacional econômica e científica na proteção, melhoria e utilização pacífica do meio ambiente.

Objetivos específicos:

- Verificar o papel da Antártica nas mudanças globais e suas consequências na vida da sociedade;
- Conter reivindicações territoriais, impedir possíveis confrontos e preservar o meio ambiente de uma exploração desenfreada conforme o

	<p>Tratado da Antártica; e</p> <p>- Promover a cooperação internacional para a pesquisa científica na Antártica conforme o Tratado da Antártica e o Protocolo de Madri respeitando a Convenção das Nações Unidas sobre modificação do Meio Ambiente.</p>
Metodologia	<p>O mundo tem vivido diversos tipos de confrontos entre as Nações, ocasionando por vezes, em conflitos armados. Sendo a questão ambiental uma grande preocupação deste último século, fez-se necessário a elaboração de Tratados Internacionais a fim de regulamentar a utilização do meio ambiente para fins pacíficos.</p> <p>A Antártica é a região mais sensível às mudanças globais e o termômetro da saúde do Planeta. O maior recurso do continente é a água potável, que detém 90% do gelo e 70% da água doce da Terra e, provavelmente, de incalculáveis recursos minerais e energéticos, incluindo petróleo e gás. É o único continente sem divisão geopolítica.</p> <p>O Tratado da Antártica reconhece que a Antártica é de interesse de toda a humanidade, devendo ser utilizada somente para fins pacíficos a fim de não converter em objeto de discórdias internacionais.</p> <p>O impacto das atividades humanas no meio ambiente antártico, devido o homem estar cada vez mais presente naquela região, seja por atividades científicas ou o turismo, ocasionou no compromisso internacional de se monitorar o efeito ambiental dessas atividades. Foi formulado em 1991 o Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente, o Protocolo de Madri, que entrou em vigor em 1998. O Protocolo recomenda que todas as atividades na Antártica sejam realizadas de maneira a reduzir ao mínimo o impacto da presença humana na região.</p> <p>O Brasil aderiu ao Tratado Antártico em 1975. Em 1982, foi criado o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) dando início a uma das exigências para a participação de um País como Parte Consultiva do Tratado da Antártica, a realização continuada de substanciais atividades</p>

	<p>científicas naquela região. Tal fato elevou o Brasil à categoria de membro Consultivo com direito a voz e veto. O país foi se afirmando como importante nação que estuda e contribui para a ciência e a paz, objetivo primeiro dos participantes do Tratado Antártico.</p> <p>A partir da ratificação do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente, o Protocolo de Madri, o país assumiu a obrigação de também desenvolver atividades que fossem voltadas exclusivamente para a preservação do meio ambiente antártico.</p> <p>A decisão do governo brasileiro de se engajar em atividades exploratórias e científicas naquela região, representa um ponderável desafio para a Marinha do Brasil e para as universidades e instituições, públicas e privadas. Elas se associaram na execução dessa tarefa, vencendo todos os desafios, desde a implantação em 1984 da EACF, passando pelo incêndio em 2012, a inauguração das novas instalações em 2020 até os dias atuais, para a presença brasileira na Antártica.</p> <p>O caminho certo para fazer prosseguir a irretocável e irreversível caminhada em defesa dos interesses nacionais que se confundem com os interesses globais em defesa do Planeta é a certeza, de que o Programa Antártico Brasileiro continuará crescendo e sua caminhada continuará caracterizada pelos seus atos de desprendimento em benefício de um bem maior, o bem comum do futuro da humanidade.</p>
<p>Referências</p>	<p>Tratado da Antártica e Protocolo de Madri. Brasília, 2001.</p> <p>SOUZA, José Eduardo Borges de. Brasil na Antártica 25 anos de História. São Carlos SP: Vento Verde Editora, 2008.</p> <p>MEC. Secretaria da Educação Básica. Antártica. Brasília, 2006. v. 9.</p> <p>Geografia: O mar no espaço geográfico brasileiro. Brasília, 2006. v. 8.</p> <p>BRASIL. Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Conhecendo a Antártica. Brasília, 2001.</p> <p>Programa Antártico Brasileiro. Brasília, 2004.</p> <p>Alves, Alexandra Magalhães. O Brasil na Antártica – Direitos e Deveres. Niterói, 2009.</p>